

Gás da Bolívia na hora certa

Durante anos, diríamos mesmo décadas, tem-se falado na possibilidade de trazer gás natural da Bolívia para abastecimento da região Sudeste do País. Mas quando parecia que as negociações internacionais em torno do assunto estavam à beira de uma conclusão, sempre surgiam obstáculos de última hora e tudo voltava à estaca zero. Agora, temos confiança de que, finalmente, será construído um gasoduto ligando Santa Cruz de la Sierra a São Paulo e aos estados do Sul, com um ramal para o Triângulo Mineiro. Ainda demorará um pouco até que se definam as bases do contrato, mas, segundo o governador de São Paulo, Mário Covas, as divergências entre a Petrobrás e o governo do estado foram sanadas e o gasoduto poderá entrar em operação no final de 1998.

O acordo reveste-se de importância política particular neste momento, às vésperas de a Bolívia firmar um acordo de livre comércio com os países do Mercosul. A existência do gasoduto reforçará os laços com aquele país vizinho, ao qual o País poderá estar ligado de forma mais eficiente com a privatização da malha oeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que liga Bauru (SP) a Corumbá (MS), estendendo-se a ferrovia em território boliviano dali até Santa Cruz.

O gasoduto, se construído a tempo, está destinado também a ter um papel estratégico no desenvolvimento brasileiro. Não são poucos os empresários que têm manifestado apreensão com a possibilidade de uma grave escassez de energia elétrica na re-

gião industrialmente mais desenvolvida do País, na hipótese previsível de uma aceleração do ritmo de crescimento econômico do País. Com a crise das finanças públicas, deixaram de ser feitos investimentos em escala adequada para cumprir o cronograma estabelecido para grandes usinas hidrelétricas, hoje tocadas a um ritmo muito lento.

A privatização é a chave para dar solução ao problema, mas muito há ainda a fazer nessa área, à falta até mesmo de regulamentação do setor elétrico. Há, assim, um justificado temor de colapso no fornecimento de energia no Centro-Sul, que poderia frear o desenvolvimento ou acarretar custos muito elevados para as indústrias, principalmente se o regime pluviométrico não for favorável. Alguns mais céticos anteveem uma séria crise de abastecimento já

**Alternativa
para evitar
crise de
energia em
futuro
próximo**

em 1997/98, tendo em vista que, mesmo com a desaceleração do ritmo de atividade industrial na fase em que nos encontramos, a demanda de energia elétrica não tem deixado de elevar-se, em razão do aumento do consumo domiciliar.

O interregno até 1998 pode vir a ser crítico, mas, se o gás chegar mesmo no fim daquele ano, pode vir a ser a saída a médio prazo. A oferta de gás natural às indústrias poderá ser consideravelmente ampliada, com sensível economia de custos, embora investimentos devam ser feitos

para adaptação ao uso do combustível. O gás também poderá ser utilizado em unidades termelétricas, cujo tempo de construção é muito inferior ao de uma hidrelétrica de grande porte, de modo a sanar qualquer falha de fornecimento.

Paralelamente, a Cia. Paulista de Gás (Comgás), com garantia de suprimento, poderá dar continuidade ao trabalho que vem realizando para estender a sua rede, atendendo a um número muito maior de domicílios e apressando a substituição do gás de nafta de petróleo pelo gás natural. Esse combustível poderá ser igualmente utilizado com mais intensidade por veículos coletivos ou não, como já autorizado pelo Ministério de Minas e Energia.

Isso deve ser de grande valia para o combate à poluição nos grandes centros, sendo o gás natural um combustível limpo. A propósito, queremos deixar explícito que não consideramos que o uso dessa alternativa energética deva atuar em prejuízo do maior uso de álcool anidro na adição à gasolina. Ao contrário. O País deveria privilegiar o uso de todos os combustíveis que concorrem para a melhoria do meio ambiente, não podendo deixar de ser levada em conta a contribuição que o álcool tem dado nesse sentido, além de constituir uma das grandes riquezas nacionais.

Esperamos, portanto, que, com a perspectiva de utilização do gás natural, a privatização do setor hidrelétrico, o novo sentido que deve tomar a utilização do álcool e o aumento previsto na produção de petróleo, o País possa formular uma matriz energética racional. ■